



A AGRICULTURA URBANA-PERIURBANA, MODO DE VIDA CAMPONÊS E CIRCUITOS CURTOS: RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES PELA PERMANÊNCIA NA TERRA DE TRABALHO FRENTE À EXPANSÃO IMOBILIÁRIA, CIDADE DE MAPUTO-MOÇAMBIQUE*

Lúcio Paulo Ismael Muchanga

Doutorando em Geografia pela UFMS-Três Lagoas. E-mail: lucio.muchanga@ufms.br

Rosemeire Aparecida de Almeida

Doutora em Geografia e docente da UFMS-Três Lagoas. E-mail: rosemeire.almeida@ufms.br

1. INTRODUÇÃO

No presente texto pretende-se discutir a luta camponesa pela permanência na terra de trabalho, cidade de Maputo-Moçambique, a partir do modo de vida camponês na Agricultura Urbana-Periurbana, baseando no conceito de modo de vida camponês de Shanin (2005, 2008), articulado como os clássicos e contemporâneos versam sobre a resistência camponesa. Em geral, os temas da Agricultura Urbana-Periurbana centram na luta pelo acesso à moradia digna, a especulação imobiliária e o acesso à terra para a produção de alimentos. Entretanto, poucos versam sobre a resistência enfrentada pelos camponeses para a sua permanência na cidade.

Salienta-se que há uma necessidade de compreender as relações sociais na cidade e no campo, uma vez que, apropriação capitalista da terra se dá nos dois espaços. Reiteradamente, a visão hegemônica sobre a relação campo-cidade, exclui o eixo das questões do uso da terra para produção de alimento na cidade, principalmente, com a crescente demanda de terra para a especulação imobiliária e expansão urbana, criando a percepção que, destinar terras urbanas para produção de alimento é subutilizá-la, mais agravante, a terra for para o autoconsumo e a comercialização em circuitos curtos.

Nas cidades africanas é visível esse cenário, os planejadores urbanos concentram nos problemas de: transporte, resíduos sólidos, a segregação socioespacial, produção e processamento de alimentos saudáveis, habitação, educação, entre outros. Uma parte desses problemas, passa pela garantia da soberania alimentar, com os camponeses como agentes que contribuem para a resolução.

* O presente trabalho está vinculado a tese em andamento, intitulada: “Agricultura Urbana-Periurbana (AUP) frente ao setor imobiliário, na cidade de Maputo-Moçambique: resistência à expulsão”. Bolsista da Fundect-MS junto ao PPGGeografia/UFMS/CPTL.



A produção dos camponeses dos Cinturões Verde das cidades africanas tem fornecido alimento, por meio abastecimento aos consumidores urbanos produtos frescos e saudáveis, de preços baixos, baseada nos circuitos curtos de comercialização. Desse sentido, cabe destacar que, o modo de vida camponês na cidade por meio de circuitos curtos de comercialização melhora a qualidade de vida da cidade, o que permite legitimidade a sua permanência na cidade.

Nesse sentido, o artigo pretende discutir como os circuitos curtos de comercialização, enquanto prática organizativa que aproveitam as fissuras dos circuitos longos de comercialização associado Agricultura Urbana e Periurbana, contribui para a permanência camponesa na cidade. A discussão se insere no contexto de construção teórica e política em torno do modo de vida camponesa na cidade, pautada pelo enfrentamento da expansão urbana associada à especulação imobiliária, que avança de forma vertiginosa em direção as periferias urbanas. A fundamentação teórica-metodológica está pautada nas seguintes categorias analíticas: formação socioespacial e econômica, urbano – rural, cidade - campo, contradição ou conflitualidade pela terra de negócio e terra de trabalho, ou seja, a disputa entre a especulação imobiliária e a recriação camponesa na cidade.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa foram: trabalhos de campo nos Cinturões Verdes de Maputo, especial na Associação Samora Machel, do Vale de Mavota, observando os circuitos de curtos de comercialização de hortícola das unidades produtivas camponesas. A pesquisa foi ancorada pela análise documental, destacando a revisão bibliográfica e documental, acompanhamento das redes sociais sobre temáticas relacionadas com a expansão urbana incidindo na imobiliária e nos circuitos curtos a comercialização, e por fim, a observação-não participativa.

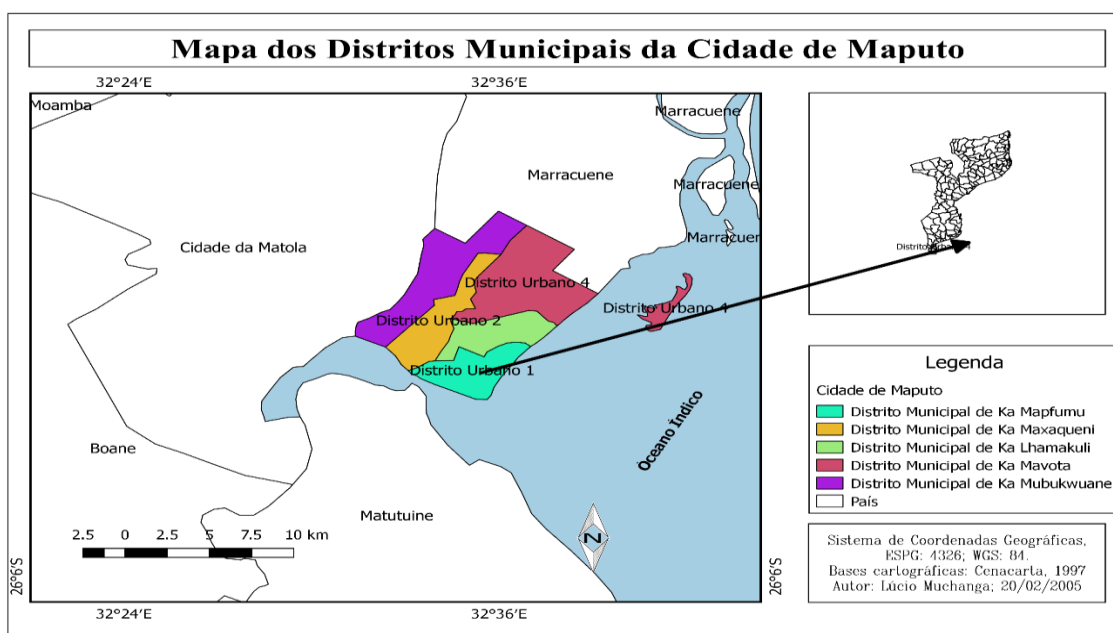
A cidade de Maputo é uma metrópole que se dá pela expansão urbana de forma descontínua, marcada por processos contraditórios de uso e ocupação do solo urbano. Caracteriza-se por ser uma metrópole política, econômica e cultural de alta concentração de infraestruturas sociais e diversidades de oportunidades, por conta da sua complexidade e heterogeneidade sociais, manifestadas nos setes distritos municipais, seis tipicamente urbanos: KaMpfumu, Nihamankulu, KaMaxaqueni, KaMavota, KaMubukwana, e KaTembe, apenas KaNyaka (uma ilha), que é tipicamente rural. Excetuando o distrito rural de KaNyaka, a cidade de Maputo tem cerca de 60 bairros, a sua maioria periféricos, congregando mais população pobre.



A cidade de Maputo foi fundada em 1782, quando se construiu a feitoria. Em 1877 ascende à categoria de vila e a 10 de novembro de 1887 é declarada como cidade de Lourenço Marques, e à categoria de capital nacional em 1898, quando se tornou a 2ª capital da colônia portuguesa de Moçambique, antes Ilha de Moçambique. Atribuição do nome de Lourenço Marques surge em homenagem ao navegador Lourenço Marque que havia feito expedição para o reconhecimento das potencialidades econômicas da “Delagoa Bay” Baía de Lagoas, em 1544. No que refere a estratégia de mudança da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, resulta no reconhecimento da importância Delagoa Bay para o entreposto comercial português na região, a fronteira marítima facilita o escoamento, principalmente que Kimberley na África havia sido descoberto ouro e diamante, escoar por Maputo tornava-se viável. A independência nacional proclamada em 1975, todos os nomes de herança portuguesa foram substituídos, o levou a mudança para Maputo, nome proveniente do rio Maputo (Maloa; Nascimento Júnior, 2018).

No mapa 1 mostra-se a divisão administrativa da cidade de Maputo, focando nos distritos urbanos municipais. Pode extrair do mapa como a Cidade de Maputo localização é banhada pelo o Oceano Índico, o que facilita o escoamento da produção. Essa característica, determinou a opção por Maputo como a capital, onde ainda no século XIX Portugal começasse a investir em infraestruturas e logísticas para o escoamento da produção.

Figura 1: Mapa – Divisão Municipal da Administrativa da Cidade de Maputo-Moçambique



Fonte: Autor (2025)



A urbanização da cidade de Maputo foi acelerada com destaque para a década de 1980, resultado de dois fenômenos conjugados: a) a guerra civil iniciada dois anos após a independência, em 1977, cujas as populações camponesas no campo foram obrigadas a imigrarem para as capitais provinciais, instalando terras devolutas, espacial as localizadas nas periferias, até então consideradas marginais; e b) o aumento do perímetro urbano por meio de decreto político-administrativo que transformou áreas rurais em urbano pertencente as cidades, as populações que anteriormente eram consideradas rurais, passaram a integrar as cidades. (Araújo, 2003).

O recorte temporal teve em conta a formação socioespacial e econômica da cidade de Maputo, a partir de retrospectiva histórica da cidade, para se perceber a origem da segregação espacial de centro-periferia, como determinou a fixação camponesa na periferia da cidade, nos chamados Cinturões Verdes de Maputo.

Desde o período colonial, o Estado teve influência na formação socioespacial e a segregação iniciou logo após a institucionalização de Maputo (1898) como capital do país se estendeu até à independência nacional (1975). Mas agudizou-se nas décadas de 1960-1970, o Estado dividiu-se a cidade em duas partes: a cidade de caniço (periferia) destinada para a produção de hortícola e criação de familiar de animais de pequeno porte, e a cidade do cimento (centro) destinada para a população branca e colona, consumidora da produção da periferia.

Após a independência nacional de 1975, imediatamente (1976-1984) o Estado adotou a ideologia marxista leninista, eliminando todo o tipo de segregação entre a cidade de caniço e cimento. Dada a política ideológica marxista leninista, aprovou-se a primeira Constituição da República Popular de Moçambique que, entre outros pontos, nacionalizou de todos os recursos, incluindo a terra, os imóveis dos colonos e a extinção da propriedade privada. No segmento da constituição, publicou a resolução nº9/79 de 10 julho, que cria o Gabinete das Zonas Verdes, que objetivava coordenar as cooperativas agrícolas, de modo que, os camponeses pudessem tirar maior aproveitamento do potencial (Siteo, 2010).

O regime socialista vigorou até 1984, o país abriu-se para a economia de mercado, por meio de neoliberalismo, marcando o assalto do capital na economia nacional, o que agudizou a segregação por classe, passando a segregação ser por classe, centro para ricos e periferia para pobres. Nesse período, o Estado reconheceu que para o crescimento econômico era necessário o acesso à terra pelo setor privado, criando problema para a permanência dos camponeses, por conta disso, gerou conflitualidade pela continuidade na terra e a expansão imobiliária. Surgiu uma burguesia urbana



emergente que se direcionou para as periferias. Ainda no contexto da independência, assembleia nacional aprovou o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra-DUAT, que confere o direito de posse por 50 anos renováveis, sendo vedada a hipótese das áreas concessionadas, serem vendidas, penhoradas, alienadas; entretanto ocorre repasse de áreas concessionadas para produção de alimento, cedendo a posse a outrem, geralmente aos setores imobiliários, que se aproveitam da fragilidade da lei e da corrupção generalizada.

Nos Cinturões Verdes de Maputo, concretamente nos Vales de Infulene e Mavota, constatam-se a existência de cerca de 12.000 camponeses, organizados em 32 associações, sendo que sozinho, o Vale das Mavotas possui uma média de 9.784 membros, distribuídos em 12 associações, numa área de cerca de 891,5 hectares, abrangendo os bairros de: Costa do Sol, Mahotas, Laulane e Albasine. Esses bairros por estarem próximos da orla marítima, são supervalorizados, conseqüentemente, são suscetíveis à cobiça pelos especuladores imobiliários.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contribui para a temática da agricultura urbana com reflexões teóricas sobre a questão agrária na cidade, a partir do conceito de modo de vida camponês de Shanin (2005 e 2008), especialmente nos apontamentos do autor acerca das situações de crise do campesinato, quando estes adotam um modo de vida caracterizadas pela flexibilidade e adaptabilidade, o permite superar as crises. A pesquisa centralizará nas práticas camponesas e nos circuitos curtos de comercialização como formas de contribuição para a permanência na cidade.

3.1. Terra, Trabalho e Família: modo de vida camponês na cidade

Paulino e Almeida (2010) alertaram que a velha tradição marxista projetou o desaparecimento do camponês, dado que consideravam uma condição necessária para o aceleração do processo de luta de classe, acrescida ao fato de se considerar o camponês como incapaz de fazer face à concorrência capitalista. A aderência nesse apostolado do desaparecimento do campesinato na cidade, está ligada às bases do modo de produção capitalista, fundada nos alicerces urbano-industrial, pressupondo que a força motora da revolução seria classe operária. Contudo, cada vez mais, encontra-se campesinato no campo e na cidade, o que questiona a ideia do desaparecimento.



Locatell (2013) esclarece que modo de vida é um conteúdo que tanto pode ser urbano ou rural, uma vez que cidade e campo são formas:

A cidade e campo são formas (estruturas espaciais) espaciais produzidas socialmente por relações de poder, e rural e urbano constituírem as relações que configuram um modo de vida específico para cada espaço, ou seja, o rural e urbano são conteúdos que dão vida a essas formas (...) o rural e urbano extrapola limites espaciais tradicionais, o campo é espaço predominante rural, mas não exclusivo, a cidade é o espaço urbano, o que significa que não seja exclusivo urbano.

O autor assume que a dicotomia campo-cidade deve ser compreendida como parte orgânica de uma totalidade, que contempla econômico, social, cultural e político. No entanto, é de práxis mencionar que, a divisão do trabalho no campo e na cidade, não configura tacitamente em todas as regiões do globo, em algumas cidades é possível encontrar populações que desenvolvem atividades agrícolas destinadas ao autoconsumo, fora da lógica do modo de produção capitalista. Em sentido oposto, é possível verificar a “modernização agrícola conservadora” no campo, vinculada à produção capitalista, com possibilidade de introduzir o trabalhador assalariado no campo, mas mantendo a estrutura agrária conservadora das relações de poder e a concentração de terra (Saraceno, 1996).

Assim, pensar na re(criação) camponesa, em especial na cidade, não se constitui tarefa fácil, mas que há sinais esperançosos, quando em pleno século XXI, concretamente em 2018, dá-se a uma “*Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e das Camponesas*” (La Via Campesina, 2021), O que mostra a retomada do tema camponês na agenda de acadêmicos, pesquisadores e políticos, havendo um reconhecimento que existem movimentos socioterritoriais de luta pela terra. Contudo, não é o reacender da luta dos camponeses, até porque a luta que nunca esfriou, mas pelo contrário, as sucessivas crises globais: alimento, combustível, e de recursos naturais, a terra passou a ter cobiça internacional, observando corrida incessante nos mercados de terra. Segundo Souza e Silva (2019) esse fenômeno chama de *land grabbing*, apresentaram as seguintes características:

“o controle e a concentração de significativas áreas de terras e de recursos (água, minerais e florestais) por corporações substancialmente alicerçadas pelo capital financeiro e especializadas na compra, valorização e venda de propriedades agrícolas, como uma estratégia para obtenção de maiores rendimentos”. (Souza e Silva, 2019, p.152)



Nesse sentido, deter a terra continua ser sinônimo de poder, inclusive o político e o econômico, pelo que ainda é necessário proteger e reconhecer os direitos camponeses. Se a centralidade do campesinato está na terra, quem são esses campesinatos do século XXI que lutam pela permanência na cidade? Almeida (2006) sugere que se reflita a recriação camponesa partir de uma totalidade capitalista, e não como um modo de produção[†] ou resquício do feudal. Nesse âmbito, pensar como uma totalidade é excluir a possibilidade de vê-lo como um modo de produção, dado que, não possuem uma estrutura político-econômica de exploração relativamente autossuficiente (Shanin, 2005). Então, não se deve pensar a especificidade camponesa como uma classe “pura” de modo de produção capitalista, visto que ao mesmo tempo é proprietária de terra, trabalhador, e se nutrir de relações não tipicamente capitalistas, reproduzidos por contradições do desenvolvimento desigual e combinado. Oliveira (1981) colabora com a tese que o camponês é sujeito contraditório na reprodução capitalista ampliada do capital. O camponês contém contradições, ao lutar por acesso e permanência na terra de trabalho, mostra o seu caráter “*suis generis*”, que ao mesmo tempo é proprietário de terra, com lógica diferente do capitalista, e cumulativamente é dono da força de trabalho, produz para a satisfazer a demanda familiar. Nesse sentido, deve pensar o campesinato como uma especificidade, como um produto e uma contradição da expansão capitalista.

Shanin (2005) define o campesinato a partir de especificidade que se aproxima à historicidade do modo de vida camponês, isto é, os contextos sociais, épocas e situações concretas que permeiam a construção da identidade, ou seja, a definição do camponês deve partir de um conceito não estático, visto que, o contexto, a época e a situação o caracterizam. O camponês em situação de disputa territorial veste a capa da luta pela terra de trabalho (lugar de produção), e da terra de vida (lugar de resistências), que historicamente o define como classe. Já Ploeg (2008) enquadrando o camponês moderno pela sua articulação na produção e nas relações sociais globais. Ele chamou isso de “condição camponesa”:

[...] uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado a reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade. (Ploeg, 2008, p.24-48)

[†] Modo de produção entende como o movimento da sociedade para prover as necessidades materiais no decurso de seu desenvolvimento (Martins, 1986)



Não se pode mais pensar o camponês fora dos circuitos de comercialização, apesar de estar vinculado à unidade produtiva familiar, mantém relações sociais em torno dos mercados, sem romper com a unidade produtiva, pelo contrário, fortalecendo-a.

No modo de produção capitalista industrial (XVIII e XIX), a cidade foi atribuída às funções dos setores secundários (industrial) e terciários (comércio e serviços) e ao campo o setor primário (agricultura e extração mineira), o que resultou na separação campo e cidade. Em decorrência da composição orgânica do capital no campo, com o incremento do capital constante (inserção de máquinas) e em concomitância com a redução do capital variável (força de trabalho), a população de campo forçosamente emigrou para as cidades, encontrando os industriais maquinários, o que criou uma reserva de mão-de-obra barata para o desenvolvimento de produção industrial. Para essa explicação Marx (1974) refere que:

“[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”, os “sobrantes” (Marx, 1974, p.148).

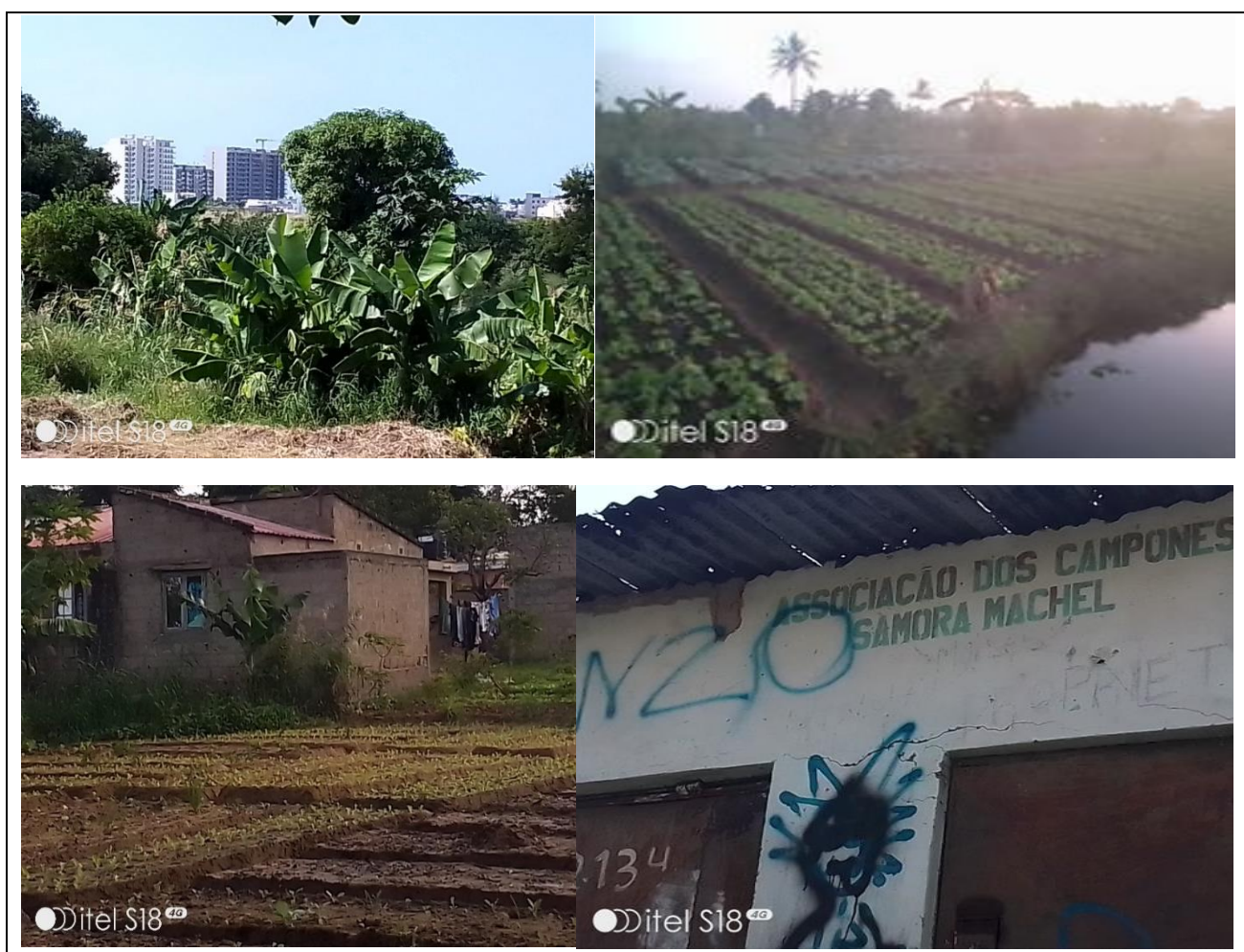
As famílias que vieram de campo, instalaram nas periferias, na sua maioria em torno das fábricas motrizes, com logística para facilitar a reprodução ampliada do capital, o que fez com que se acelerasse a urbanização, conseqüentemente surgem contradições (pobreza e a riqueza). Para sustentar essa afirmação, Harvey (1980) referiu que, “*as cidades apesar de serem lugares da reprodução do capital, mas também produzem a pobreza e a exclusão*”. A produção de pobreza e exclusão, decorre da lógica capitalista na cidade, juntamente a visão estética e elitista da sociedade segregada, que, reiteradamente expulsa para as periferias ou mesmos fora das cidades, os considerados não agregadores de valor na acumulação de capital.

Na cidade de Maputo, sucedeu, nas décadas 1980-90 a urbanização acelerada, com crescimento da urbanização por conta de aumento de contingente de camponeses, que devido à guerra civil de 1976-1992 saíram de campo para cidade, procurando abrigos nas terras devolutas das periferias das principais cidades (Negrão, 2008), (Araújo 1999) e (Mosca, 2005). Atualmente, as periferias estão repletas de camponeses, que abastecem os mercados nacionais, chegando atingir abastecer mais de 20 milhões de moçambicanos em hortícolas produzidas. A comercializadas se dá pelos circuitos curtos, com a participação dos varejistas (retalhistas) locais na distribuição e comercialização (Haber *et al*, 2015).



Na Figura 2, pode-se observar a permanência dos agricultores camponeses na cidade de Maputo por meio de manutenção da produção, mesmo em situação de vulnerabilidade face o avanço da especulação imobiliária. A resistência da agricultura urbana da Cidade de Maputo dá se por meio da produção de hortícolas, como principal atividade nesses espaços, fornecendo diariamente os principais circuitos curtos de comercialização.

Figura 02: Resistência das famílias camponesas face à expansão da indústria imobiliária



Fonte: pesquisa do campo (2025)

Terminada a parte da especificação relacionada ao modo de vida camponês na cidade, em seguida analisou-se como os circuitos curtos de comercialização constituem mecanismo de enfrentamento à especulação imobiliária.



3.2. Resistência campesina à expansão urbana

A visão socioespacial da cidade de Maputo mostra uma rede de bairros periféricos e uma centralidade produzida ao longo de sua história de forma desigual e combinada, mediante a ação dos agentes produtores do espaço, o que confere a essa metrópole uma heterogênea ímpar, cuja a compreensão requer análise de estrutura urbana relacionada ao contexto regional, nacional e global. Vale mencionar que as áreas urbanas resultam de uma combinação dos diversos agentes: o Estado, os agentes imobiliários, os trabalhadores formais e informais.

Atualmente, a confluência de pessoas na cidade de Maputo é grande, uma vez que sozinha tem acima de um milhão de habitantes, havendo tendência de um crescimento acentuado da população periurbana em detrimento da população urbana e suburbana, conforme pode se extrair de Matos (2024):

O registro censo populacional e habitacional de 2007, a cidade de Maputo tinha passado a barreira de um milhão de habitantes, o censo de 2017 mostrou que houve uma redução da população, contudo continuou a albergar mais de um milhão de habitantes. Ao nível das áreas constata-se um crescimento do peso percentual da população dos bairros da área periurbana e a redução do peso dos bairros da área urbana. Em 1997 a área periurbana concentrava menos de 8% da população da cidade. Em 2017 passa a concentrar 25% da população, ou seja, atualmente $\frac{1}{4}$ da população da cidade de Maputo vive nos bairros considerados periurbanos. (Matos, 2024, p 336-341)

A diferenciação de renda do centro e das periferias demonstram a heterogeneidade da cidade de Maputo. Matos (2024) conseguiu mostrar qual é a direção da expansão urbana, com constantes avanços às periferias por parte da classe média urbana, em que a necessidade de ter terra de morada, força à expulsão de sujeito camponês da terra de trabalho, o que tem criado cisões com a classe pobre na medida há interesses antagônicos.

A tabela 1, compara os dados dos últimos três censos da população por área de habitação, demonstrando a tendência do peso da população das áreas periféricas e, simultaneamente, a redução das áreas urbanas e suburbanas. Em 1997, a periferia tinha cerca de 8,3% e 2017 aumentou em 17,27%, atingindo cerca de $\frac{1}{4}$, ou seja, cerca de 25,5 de população da urbana na cidade de Maputo estava na periferia. Entretanto, as áreas suburbanas e urbanas tiveram uma redução, com a área suburbana a ter uma redução de 10,39%, passando de 77,79 em 1997 para 67,40 em 2017, o mesmo sucedendo para a área urbana que teve uma redução de 6,81%, nesse caso de 13,9% para 7,09% habitantes.



Tabela 1: Peso da população por área municipal

Área \ Ano	1997 (%)	2007 (%)	2017 (%)	Diferença (%) (2017-1997)
Periurbana	8,3	18,51	25,5	(+) 17,27
Suburbana	77,79	71,56	67,40	(-) 10,39
Urbana	13,9	9,92	7,09	(-) 6,81

Fonte: Adaptado de Matos (2024)

Esses dados de 2017 indicam o avanço das moradias modernas para a periferia. A tabela 2 mostra que na área periurbana as casas modernas de moradia representam 35,92%, na área suburbana 26,679% e na área urbana 27,09%.

Tabela 2: Tipo de habitação por área em 2017

	Casas precárias		Casas condignas		Casas modernas	
	Precária	Palhota	Básica	Mista	Apart	Moradia
Periurbana	0,36	0,71	58,85	2,37	1,8	35,92
Suburbana	0,43	0,23	69,72	1,19	2,35	26,67
Urbana	1,31	0,11	5,23	0,02	66,25	27,09

Fonte: Adaptado de Matos (2024)

A tabela 2 e a figura 3, comprovam a tendência da expansão imobiliária em torno das áreas de produção das famílias camponesas, com algumas residências entrando nas áreas que foram para produção de alimentos. A substituição de forma de uso e ocupação do solo, de uso produtivo para moradia com imóveis luxuosos, demonstra uma visão do desenvolvimento em que a periferia deve ser destruída, visto que a periferia da cidade é um lugar de expansão do capital. A presença de camponeses nesta periferia não agrega renda para acumulação capital, agudizado o conflito territorial. A expansão imobiliária aumenta a renda diferencial II, o que supervaloriza o solo urbano da periferia, restando ao capital imobiliário expulsar os agentes que não agregam valor na acumulação.

Figura 3: Expansão das imobiliárias nas áreas das famílias camponesas das periferias.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fig 01: Expansão da indústria imobiliária nos campos das famílias camponesas

Fonte: pesquisa do campo (2024)

Fonte: Pesquisa do campo (2025)

A figura 3 evidências que a expansão urbana segue como regulador na questão da mercantilização do solo urbano, priorizando o valor de troca da terra (o mercado imobiliário) em detrimento do valor de uso (produção de alimento), o que colabora para a expulsão dos camponeses. Consequentemente, com entrada de novos imóveis, nota-se a segregação socioespacial e aumento progressivo e vertiginoso de habitações de luxuosas em torno dos bairros periféricos. Nesse espaço a supervalorização está associada conjuntamente à renda diferencial I e II, na medida que a sua localização próxima à orla marítima lhe permite um valor diferencial da terra e com as construções que se verifica a terra supervaloriza-se (Oliveira, 1986).



O antagonismo socioespacial da pobreza e riqueza é visível no mosaico urbano da periferia, para os especuladores imobiliários a resistência camponesa se torna um entrave à expansão urbana, logo é preciso eliminar a periferia para aumentar o valor do solo urbano, conforme pode visualizar nas figuras 2.

A expansão urbana em torno dos bairros periféricos é justamente nos principais Cinturões Verdes de Maputo: os Vales das Mavotas e Infulene, respectivamente os distritos municipais de Ka Mubukwane e Infulene, são os fornecedores de hortícolas no Grande Maputo, além de outras províncias do país. A participação camponesa na cidade é significativa, contribuindo na produção e comercialização de hortícola em circuito curto, beneficiando os residentes da cidade, diferente dos camponeses no campo, os da cidade optam por hortícola dado à dificuldade para quem está no campo e principalmente à falta de mercado. A sua contribuição na alimentação dos cidadãos tem dificultado a sua expulsão, na medida que ganham soberania alimentar que inclui ganhos monetários e principalmente o reconhecimento da sua importância no abastecimento, facilitando a permanência na terra de trabalho, face às investidas da expansão urbana. Vale mencionar que as externalidades positivas desta produção de alimentos proporcionadas pelas famílias camponesas não se inscrevem a elas mesmas, uma vez que geram qualidade de vida que os consumidores urbanos e ainda estabilizam os preços das hortícolas que, em grande parte, são importados.

3.3 Circuito curto de comercialização na resistência cidade

Segundo Friedmann, McMichael (2016), desde 1980 existem impérios agroalimentares que controlam a produção, circulação, distribuição e consumo, agrupados em três grandes ciclos de Regimes Alimentares (RAI). O primeiro (1870-1930), relaciona-se com o projeto britânico do *workshop of the world*; o segundo (1950-1970) é centrado no princípio de “ajuda alimentar” do governo dos Estados Unidos no período da Guerra Fria; o terceiro (1980-2000) caracteriza-se pela “*revolução dos supermercados*” integradas às cadeias globais de abastecimento de alimento, tendo base “qualidade e padronização”, destinados ao suprimento de “diets de classe bifurcadas”.

A necessidade de acelerar o giro do capital faz com que haja aceleração na produção e a perda do valor de uso, o consumidor passa a não saber quem, como, quando, e onde foi produzido. Nesse tipo de produção, o produto é dotado apenas de valor de troca. Na agricultura camponesa, o consumidor sabe quem (agricultor), onde (lugar), quando (respeito ou não o tempo da natureza) e



como (modo de produção), o que abre a porta para os nichos de mercado e resistências, sobretudo no urbano.

Os circuitos curtos da agricultura urbana estão associados a uma resistência às formas dominantes de gestão dos sistemas agroalimentares, ao abastecer as famílias da cidade com alimento de qualidade com baixo preço, onde o consumidor pode conhecer a unidade produtiva, o que gera laços de afinidade entre o consumidor e agricultor. De forma indireta, a resistência se efetiva na medida que agricultores ou agricultoras geram renda extra, o que lhes permite se auto sustentar, reduzindo assim o impacto social da falta de emprego na cidade que atinge as classes mais desfavorecidas pelas políticas públicas.

O setor que mais gera trabalho na economia da cidade de Maputo é o setor informal que inclui os transportes semicoletivos públicos urbanos, a agricultura de pequena escala (camponesa), comércio informal, e a prestação de serviços. Seguindo Haber *et al*, (2015):

O mercado interno caracteriza-se por baixo poder de compra geral e grande incidência da pobreza, desenvolvendo-se a atividade de uma forma quase integralmente “informal”. Atualmente, o mercado abastecedor de hortícolas em Moçambique encontra-se praticamente confinado aos grandes regadios na zona sul como os da Moamba e Chókwè, às Zonas Verdes próximas dos grandes centros consumidores, designadamente Maputo, Beira, Chimoio e Nampula. Portanto, o mercado interno de hortícolas situa-se principalmente nas zonas urbanas e periurbanas, em particular na região sul com baixa aptidão agroecológica para a agricultura no período quente. (Haber *et al*, 2015, p. 26)

A figura 4, evidencia-se como a agricultura camponesa na cidade resiste por meio de circuitos curtos de comercialização, na medida em que a produção camponesa na cidade é a principal fonte de hortícolas da base da dieta alimentar das famílias urbanas, podendo dela extrair produtos frescos e saudáveis. A importância dessas famílias camponesas na cidade cresce a cada dia, para além da sua importância na dieta alimentar, gera também externalidades como mulheres varejistas que comercializam nas feiras informais e formais, gerando inputs para milhares de famílias que não oportunidade de emprego ou trabalho formal.



Figura 4: Comercialização de hortícolas pelos camponeses e varejistas na cidade de Maputo



Fonte: Jornais, o País e a Folha de Maputo extraído aos 17 de 11 de 2025

Segundo Siteo (2010) agricultura urbana produz uma vasta gama de produtos que contribuem para o consumo diário da população, diferentemente das cadeias de supermercados, que pela exigência de padrão, tende a ser controlada pelos agricultores empresariais, que trazem produto com um certo padrão que encarece o preço, criando um nicho de mercado elitizado, diferente da agricultura urbana camponesa que contribui para economia doméstica.

Agricultura urbana é geoestratégica para a economia doméstica, fornecendo hortícolas ao mercado nacional, o que faz dela uma concorrente direta com importadores moçambicanos e sul-africanos que trazem na África do Sul, hortícolas como o tomate, a cebola, o repolho, o feijão-verde, o pimento, a beterraba, o alho, a alface, a couve e a cenoura. Inclui os vegetais não convencionais o inhame, a cacana, a rúcula, o quiabo e o amaranto. (Siteo, 2010, p.21)



Para finalizar, concluímos que as famílias camponesas que vivem na periferia de Maputo tiveram adaptaram seu modo de vida ao ambiente urbano, produzindo para o autoconsumo, utilizando circuito curto de comercialização para gerar renda e sustentar a sua permanência na terra de trabalho, o que lhes permite serem reconhecidos como fornecedores de produtos frescos, especialmente hortícolas. Colorário disso, foi o fato do governo ter atribuído o DUAT para evitar que sejam expulsos da cidade. Essa estratégia, se enquadra na visão de Shanin (2008), ao referir que, os camponeses em situações de crise reinventam as suas práticas sociais baseados na economia doméstica familiar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência do camponês na cidade de Maputo está em risco, principalmente pelos dados que comprovam o aumento da concentração populacional nas periferias das zonas urbanas, com tendência a alteração ao modo de uso e ocupação do solo urbano, o que pode comprometer a produção alimentar de hortícolas, um dos alimentos básicos na dieta alimentar da população urbana, principalmente face à supremacia das cadeias de supermercados que comercializam mais produtos enlatados, ao contrário da agricultura camponesa urbana cuja produção contempla alimentos saudáveis.

Todavia, embora ameaçados, os camponeses continuam vivendo e trabalhando na periferia de Maputo. A recriação camponesa na cidade de Maputo se tem dado pela produção para autoconsumo e comercialização em circuitos curtos, essencialmente produzindo hortícola para o mercado local, fornecendo alimentos baratos e frescos, produzidos na e para a cidade, reduzindo assim os problemas econômicos e ambientais da circulação de alimento. Desse modo, observa-se que, os circuitos curtos têm sido uma alternativa viável de comercialização de alimentos e geração de renda, protegendo contra a expulsão as famílias camponesas que vivem na periferia. Enfim, que haja maior segurança institucional para a recriação e permanência destas famílias na terra de trabalho.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: Editora UNESP, 2006

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.



ARAÚJO, Manuel Garrido Mendes de. **Cidade de Maputo- Espaços Contrastantes: do Urbano ao Rural**; Finisterra, XXXIV, 67- 68, 1999, p. 175-190.

_____. **Os espaços urbanos em Moçambique**”. GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 14. São Paulo, pp. 165-182, 2003.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **Growing Greener Cities in Africa. First status report on urban and peri-urban horticulture in Africa**. Rome, FAO. — 2019.

HABER, Lenita Lima, *et al.* **Horticultura em Moçambique: Características, Tecnologias de Produção e de Pós-Colheita**. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980

LA VIS CAMPESINA. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e camponesas**. Tradução e revisão: Rafael Bastos et al. Bagnolet, França: Via Campesina, 2021.

LOCATEL, Celso Donizete. **Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. esp. 2, pp. 82-102, set. 2013.

MALOA, J. M.; NASCIMENTO JÚNIOR, L. A dispersão urbana em Moçambique: uma contribuição ao estudo da produção do espaço urbano em Maputo. **RAEGA – O espaço geográfico em análise**. v.45, n. 1, Curitiba, p. 91-109, 2018.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro-3. O processo global de produção capitalista. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, v. VI.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos. **Cidade de Maputo: Processos e dinâmicas contemporâneas**. Revista casa de geografia Sobral/CE, V. 26, n. 2, p. 325-355, 2024

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016. 256p.

MOSCA, João. (2005). **Economia de Moçambique, Século XX**. Instituto Piaget: Lisboa.

Moçambique. **Lei nº 19/97 de 1 de outubro de 1997**. Dispõe lei de Terras. Disponível em: <<http://www.pdul.gov.mz. lei de Terras-moçambique.pdf>>. Acesso em: 04/08/2025.

NEGRÃO, José. A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres (2002). In: NEGRÃO, José (Colect.). **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008. p.151-163.

PAULINO, Eliane Tomiase; e ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2010



PLOEG, Jan Douwe Van Der. Desenvolvimento Rural: Expressões Europeias d recampesinização. In: Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na era da Globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. pp 173-203.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura e a indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia (São Paulo), n.58. set. 1981

_____. **Modo de produção capitalista e a agricultura**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ªedição. São Paulo: Contexto. 2001.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de seminários Inea sobre desenvolvimento nas áreas rurais — métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, out. 1996/99

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1–21, jul./dez. 2005.

----- Lições camponesas. **Campesinato e Territórios em Disputa**. Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SITOE, Adriano Tomas. Diversificação produtiva e as atividades de geração de renda: uma análise da produção hortícola no Cinturão Verde de Cidade de Maputo-Região Sul de Moçambique. **Tese de doutoramento em Desenvolvimento Rural, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes; SILVA, Laís Ribeiro. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do Matopiba. **Caminhos de Geografia**. v. 20, n. 72, p. 149-168, 2019.